



RESOLUÇÃO

EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE RESÍDUOS, CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA EGF, DEFENDER OS DIREITOS

Contra a vontade de tudo e todos o Governo PSD/CDS-PP quer dar as empresas da EGF, de mão beijada, ao consórcio SUMA/MOTA-ENGIL, criando assim um monopólio que dominará a gestão dos resíduos sólidos em dois terços do território, abrangendo 6,4 milhões de pessoas.

Uma empresa que é rentável, tendo atingido em 2013 um volume de negócios recorde de 173 milhões de euros e lucros na ordem dos 15 milhões de euros, somados a um património superior a mil milhões de euros, a investimentos nos últimos 20 anos na ordem dos 2 mil milhões de euros, que tem a receber de fundos comunitários 320 milhões de euros é assim entregue ao privado pelo valor total de 150 milhões de euros.

O objectivo é claro, entregar quase a custo zero um património incalculável à SUMA/MOTA-ENGIL, em prejuízo do Estado, das populações e dos trabalhadores.

Já hoje nas empresas privadas do sector e em particular, na SUMA o panorama laboral é assustador, com a prática de salários muito baixos, a rondar o salário mínimo nacional, a total desregulação dos horários de trabalho, a prática do trabalhador “pau-para-toda-a-obra” como regra, sem direitos, regalias ou as mais básicas condições de trabalho.

Com esta privatização os trabalhadores não podem deixar de estar apreensivos com o alargar deste panorama negro a estas empresas, onde os trabalhadores já hoje se confrontam com tentativas mais ou menos veladas de introdução da polivalência e redução dos salários, num claro processo de preparação para entrega ao privado.

A este panorama negro junta-se o bloqueio à contratação de trabalhadores no sector público, o que tem levado as empresas do grupo a enveredarem por contratação precária, através de empresas de trabalho temporário para o desempenho de funções permanentes, numa prática ilegal que este Governo tudo tem feito para tornar a regra nos serviços públicos em geral.

Neste momento existem já dezenas de trabalhadores a desempenharem funções permanentes nas empresas do Grupo EGF há 3 ou mais anos, com vínculos

absolutamente precários, recorrendo as empresas aos contratos de trabalho temporário, aproveitando a austeridade cega que o Governo PSD/CDS-PP tem vindo a impor ao sector público.

Para os trabalhadores, a privatização da EGF representa o agravamento destas condições, a destruição das carreiras profissionais, a redução dos salários, a introdução da polivalência e da mobilidade geográfica, o aumento da carga horária e completa desregulação dos horários de trabalho e a perda de direitos e regalias com o inevitável aumento da pressão para reduzir os custos do trabalho, agravando ainda mais a exploração dos trabalhadores, tudo para garantir ainda maiores lucros à SUMA/MOTA-ENGIL.

Com o caminho da privatização traçado por sucessivos Governos, os Conselhos de Administração do grupo EGF/Águas de Portugal têm vindo a montar a maior resistência ao reconhecimento dos direitos dos trabalhadores, fugindo ao diálogo e à negociação das condições de trabalho, quer recusando a negociação de Acordos de Empresa, quer tudo fazendo para protelar a negociação do Acordo Colectivo de Trabalho para o Grupo, ao mesmo tempo que tudo fazem para destruir os dois Acordos de empresa que existem na EGF, na VALORSUL e na AMARSUL.

Perante este cenário, os trabalhadores reunidos em Concentração frente à sede da Águas de Portugal, SGPS, no culminar das iniciativas organizadas em torno da “Caravana Pelos Serviços Públicos de Resíduos” que percorreu o País entre dia 16 e 31 de Março de 2015 decidem:

- Dizer não ao negócio do lixo, recusando a entrega da EGF ao sector privado;
- Afirmar categoricamente o seu direito à contratação colectiva e exigir da empresa resposta às propostas apresentadas;
- Exigir o fim da contratação precária no Grupo e a conversão dos contratos de trabalho precários em contratos efectivos, no pleno cumprimento da lei e do princípio para funções permanentes, contratos de trabalho efectivos;
- Tudo fazer em defesa de horários de trabalho dignos, pelos salários e contra a destruição das carreiras profissionais.

E decidem mandar o STAL, para por si, ou em conjunto com outros sindicatos afectos à CGTP-IN, decidir das formas de luta a adoptar em defesa do serviço público dos resíduos, contra a privatização, em defesa da contratação colectiva e dos direitos e regalias dos trabalhadores.

Lisboa, 31 de Março de 2015